

O BRASIL NA CONTRAMÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ALGUMAS LIÇÕES DOS KAYAPÓ SOBRE A GESTÃO DOS COMUNS¹

Dimas Floriani²

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/comuns21>

SUMÁRIO

1 Este capítulo foi publicado parcialmente no Jornal da UNICAMP em 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/ambiente-e-sociedade/o-meio-ambiente-como-signo-negativo-da-modernidade-ou-uma-alegoria>.

2 Professor Titular Sênior – PPGMADE e PPGSOCIO – UFPR. Pesquisador CNPq e Coordenador Acadêmico da Casa Latino-americana (CASLA) de Curitiba. E-mail: floriani@ufpr.br.

Introdução

O mundo das palavras é a zona da realidade que permite ao escritor ficar prisioneiro delas ou então buscar transpor seus limites com todos os riscos que isso representa para a imaginação. Entre um limite e outro, transita a alegoria que é uma figura de estilo ou recurso de linguagem, espécie de tradutora dos sentidos do mundo ou a ausência deles e que pode ser interpretado também como falar da realidade de outra maneira segundo a expressão grega *allegorein*.

Nos diversos usos da escrita e das palavras, o escritor paraguaio Roa Bastos (2003, p. 73), em seu magnífico romance epopeico *Eu o Supremo*, expressa que “[...] escrever não significa converter o real em palavras, mas fazer que a palavra seja real”. Lembra ainda, mais adiante (p. 78), que houve épocas na história da humanidade em que o escritor era uma pessoa sagrada; escrevia livros sagrados, códigos, épicas, oráculos, sentenças e inscrições em criptas, em pórticos e nos templos. Transmitia seus mistérios de idade em idade, sempre atuais, sempre futuros de tal maneira que os livros têm um destino, mas o destino não tem nenhum livro.

Poderíamos pensar, para nossos propósitos, que esse destino estaria reservado à natureza que pode ser escrita, mas que toda escrita que é feita sobre ela é uma tentativa de religação humana com os seus desígnios, seja de comunhão ou de divórcio trágico como estamos assistindo na atual fase do antropoceno.

A alegoria ao Ditador, no romance de Roa Bastos, é bem oportuna na cultura política latino-americana e serve para ilustrar casos do passado recente e da atualidade, inclusive. Nesse romance, a insolência do personagem, acosado pela ameaça de seus detratores, é relatada pelas razões e as sem razões de sua existência, ao lado dos desatinos e destinos que lhe reservam a história. Usa seu secretário como escudeiro, espécie de Sancho Pança, para confiar todos os segredos, mas com extrema arrogância, como ocorre com os ditadores ou candidatos a esse título, impedindo-o também de discutir as verdades, seja

por estar impossibilitado de vê-las (p. 93), seja porque sua memória lembra as palavras, mas esquece o que está por detrás delas (p. 95); ou ainda porque não entende o que escuta, apesar de ouvir (p. 49).

Como um de nossos intuitos aqui é de aproximar a produção discursiva como figura de linguagem e o seu uso alegórico associado com a questão ambiental, podemos identificar ainda na literatura dois escritores, José Saramago (2005) e Ignácio Loyola Brandão (1981), que nos colocam diante de rupturas da “normalidade” até então pouco plausíveis ou inverossímeis, embora bastante alertados pelos escritos de Bauman³ que se refere a essa normalidade como vidas desperdiçadas.

Em *Ensaio sobre a Cegueira*, Saramago (1995) narra a história da epidemia de cegueira branca que se espalha por uma cidade, causando um grande colapso na vida das pessoas e abalando as estruturas sociais. Já em outro romance sobre *As Intermitências da Morte* (2005) imagina o que seria uma sociedade em que as pessoas não conseguem morrer e, para tanto, são obrigadas a migrar para outros países em que a morte é possível.

Ignácio Loyola Brandão (1981), usa Souza, em *Não verás país nenhum*, como narrador-personagem para contar

[...] aquilo que poderá vir a ser o nosso país em pleno caos que o próprio ser humano criou com o passar do tempo: escassez de alimentos e água; proibição de livre circulação da população; opressão; autoritarismo; falsificação da história; o desastre ecológico ameaçando a sobrevivência; a violência direta e indiretamente exercida. A história se passa em São Paulo, uma cidade tomada pela poluição, após a morte dos rios, das plantas, dos animais e na qual as pessoas fazem de tudo para sobreviver. Não só São Paulo, mas também o país é tomado pelo chamado Es-

3 Em *Vidas Desperdiçadas*, que poderia ser sinônimo de vidas despedaçadas, Bauman (2005) assume que a produção de seres marginalizados é inevitável em nossa sociedade. É consequência inseparável da modernização, efeito colateral da nova ordem e do progresso econômico. Em *Vidas Desperdiçadas*, Bauman ilumina com suas reflexões esse cenário sombrio em que se encontra o nosso mundo. Preocupado com o ambiente em que vivemos e seguindo a toada de outras obras sobre a globalização e suas consequências sobre as vidas humanas, Bauman (2001) aponta que a Modernidade Líquida é fluida e infinitamente mais dinâmica que a modernidade sólida que suplantou e, portanto, poderíamos acrescentar, mais letal.

queima, uma espécie de força ditatorial muito semelhante àquela de 64. Há fichas para água, a que poucos têm acesso; fichas de circulação, pois não se pode mais circular por todo canto, cada um só pode pegar um ônibus predeterminado; carros não são mais usados; as comidas são todas feitas em laboratório; há, inclusive, um museu de água de rios. A história, nos livros, é sempre reescrita, de acordo com as ordens e critérios do Esquema. (SANTOS, 2018, n.p.).⁴

O romance distópico de Loyola Brandão (1981), comentado por Estela Santos, sintetiza alegoricamente a extrema violência vivida pelas sociedades atuais. Essa violência expressa, no caso brasileiro, as múltiplas dimensões culturais e sócio-políticas, níveis de intolerância e de exclusão de populações vulneráveis do campo, da cidade e da floresta.

Limites humanos e o castigo pela sua violação: uma alegoria ética válida para o presente⁵

4 “O que há de muito assustador na obra distópica de Brandão é que, hoje, ela é muito atual. A começar, por exemplo, pela escassez de água e as secas. Principalmente, no que diz respeito à cidade de São Paulo, que já passou por vários momentos de escassez. Apenas teve acesso abundante à água quem tinha condições financeiras para comprá-la, o que não se aplica à grande parte da população. Além disso, outro fato ambiental é o desmatamento. Em Não verás país nenhum, a falta de preservação do meio ambiente gerou tanto a inexistência de alimentos, os quais passaram a ser feitos em laboratórios, quanto a ausência de chuvas, calor insuportável e a escassez de água. Na obra, o que não foi desmatado, foi vendido para outros países, como é o caso da Amazônia. Esta, sabemos, tem ido pelo mesmo caminho, tem sido frequentemente desmatada, fatiada e entregue a outras mãos. O calor no livro é insuportável. Não há mais chuvas há anos. Não podemos dizer que atualmente, em nossa realidade, isso acontece. No entanto, não podemos negar que [...] está cada vez mais calor e cada vez menos frequente dias chuvosos ou frios. Outra questão, por fim, é o autoritarismo militar. Muitas vezes já presenciamos situações de violência policial, ou tomamos conhecimento por meio de notícias, nas quais imperam a opressão e uma carga de autoritarismo, seja nos protestos ou nas favelas. A polícia brasileira, hoje, é considerada uma das mais violentas do mundo. Diante disso, a população brasileira tem estado, cada vez mais, insegura diante a polícia, o que deveria ser o contrário” (SANTOS, 2018, n.p.).

5 Extraímos alguns dos principais parágrafos desta seção do capítulo de nossa autoria (FLORIANI, 2019) em obra coletiva sobre ética e sustentabilidade.

Alguns pré-socráticos, como Heráclito (1964), percebiam o pesado sentimento de culpa para a alma humana ao defrontar-se com o desejo e com a sua proibição. No *Banquete*, Platão (1993) faz referência a Aristófanes que, ao tratar dos seres humanos e dos seus poderes exagerados, em suas origens, valeu-lhes ser cortados pela metade pelos deuses e dessa amputação surgiu o vazio que só pode ser preenchido pelos outros. Daí é que cada um de nós se torna símbolo do outro, sendo que o outro é o ser alheio que rouba o meu ser; cada ser humano é o complemento do outro. Uma vez mais a referência ao outro suscita, para os gregos, a ideia de que a virtude ética é sempre realizada em comunidade pelos indivíduos em uma relação com o outro. A vida das circunstâncias é então a que conta.

Para Sócrates, uma vida sem exame não merece ser vivida, pois não há um mal possível para o homem de bem; ou seja, sempre é possível contrapor-se ao mal. Contudo, o mal nos alcança antes da morte, pois o mal é constitutivo da condição humana e é aqui que podemos encontrar-nos com a ética, uma vez que o confronto entre a bondade e a maldade faz parte daquilo a que Sócrates se reporta: se passamos em brancas nuvens, sem examinar o sentido das escolhas, a vida não merece ser vivida.

O maior desafio seria, então, evitar o mal, pois esse representaria a desproporção. Emerge, então, a seguinte pergunta para o filósofo: onde encontrar o meio justo? Uma vida equilibrada seria aquela defendida por Aristóteles que consegue associar o prazer à virtude e que se traduz em uma vida mista, composta pela ética, pela política e pela contemplação. Dessa maneira, uma conduta ética nos exortaria a não nos exceder, estabelecendo um equilíbrio entre o embate representado por Dionísio (o irracional) e por Apolo (o racional).

A conduta da desproporção, do excesso, do viver sem limites, pareceria antecipar o alerta sobre a forma de viver, de produzir e de consumir dos modernos, especialmente se levarmos em conta como vivemos nossas experiências com a natureza usada como recurso produtivo e submetida sem trégua ao mercado.

Por outro lado, e colocando-nos no lugar devido para nos referir a algumas das alegorias ocidentais clássicas, tais como os mitos de Prometeu, que ousou roubar o fogo, de Ícaro, que ao voar desafiou o sol, ou o de Zeus, que ordena que os homens sejam divididos ao meio por querer igualar-se às divindades, poderíamos nos contentar, afinal, com o paradoxo da privação imposta pelos deuses aos seres humanos, uma vez que daquela privação nasce o desejo de cada ser humano de se completar no outro, devolvendo-nos nossa própria condição limitada, dependente e finita.

Dessa forma, entende-se que as questões socioambientais derivam dos problemas vinculados com a maneira de conceber, viver e transformar as condições de vida material e cultural, e que o amálgama desses atributos se remete às concepções e modos de representar a natureza e conviver com ela. Pensar e viver essa dimensão na contemporaneidade, significa conviver com ameaças, riscos, privações e, no limite, promover desastres crescentes pelo modo de como conduzimos nosso sistema de produção das condições materiais, simbólicas e culturais de vida (estilos de consumo que excedem nossas necessidades essenciais). Nota-se aqui que foi esquecido, pelas modernas sociedades, o apelo dos autores clássicos gregos, sobre as virtudes da moderação.

Lembremos, então, das reflexões feitas pelos teóricos clássicos gregos sobre a ética e a política, em que ambas ocorrem como possibilidades de justiça em comunidade. Pensar eticamente essa comunidade hoje envolve uma ética global já que administrar um sistema de justiça ambiental implica uma espécie de proclamação de mandamentos, preceitos, leis e normas que regulem mundialmente os mecanismos de controle e que penalize os excessos cometidos pelas ações implementadas no âmbito dos usos e abusos dos recursos naturais disponíveis.

Já que nos referimos a algumas das alegorias no berço da tradição clássica greco-ocidental, não podemos deixar de citar a Sísifo que também desafiou e desobedeceu aos deuses tendo como castigo a interminável tarefa de repetir o esforço inútil de subir e descer a montanha empurrando uma enorme pedra.

Com Sísifo, se sua tarefa é inútil e absurda, não deixa de revelar o que a modernidade ocidental instaurou como normalidade repetitiva e que embora destituída de sentido, continua executando sua tarefa diária. Ora essa normalidade pareceria estar prestes a terminar, se é que já não terminou, com o aparecimento letal de um vírus que desafia toda a humanidade.

A questão que é necessário formular a partir dessa ruptura é se de fato estamos varrendo de vez o imaginário de Sísifo como normalidade e o que advirá a partir de sua ausência: um vazio absoluto ou a necessidade de criarmos outras alegorias para representar o que todavia não se esboça como visível. No dizer de Edgar Morin (2021), o improvável cede lugar ao involuntário e ao inesperado. Do alto de seus 100 anos de vida, adverte para esse inesperado como anúncio de alerta do perigo totalitário, que é bem diferente daquele do século XX e parece profetizar que a paz e a segurança poderão, infelizmente, estabelecer-se em pequenos oásis cercados pela aridez de um grande deserto.

O que o inesperado reserva para a atual crise socioambiental ⁶

Em um de seus capítulos do livro “Para Além da Esquerda e da Direita”, Anthony Giddens (1996) designa a crise ambiental atual como signo negativo da modernidade em oposição à visão radiante do progresso e das promessas de uma sociedade afluyente para todos os seres humanos que habitam o mesmo Planeta, desde as Revoluções Industriais até o final do século XX.

O fim da natureza como entidade independente da ação humana, o impacto da globalização, a eclosão do fundamentalismo, a persistência da dimensão de gênero e a necessidade de uma teoria normativa da violência aparecem neste livro como alguns dos elementos relevantes para a implementação de uma nova política verdadeiramente democrática.

⁶ Algumas passagens dessa e da próxima seção foram extraídas de uma entrevista do autor (FLORIANI, 2021).

Contudo, com a eclosão do neoconservadorismo, a ressurgência e a insurgência de forças protoautoritárias, encarnadas em populistas da extrema-direita, os anseios por uma terceira via parecem ter ficado estagnados, para não dizer enterrados, diante das expectativas otimistas sobre as promessas da globalização dos mercados; não se confirmaram as profecias de que essa globalização pudesse trazer esperanças de um novo modelo de cooperação internacional, com regimes políticos democráticos e um novo modelo normativo de gestão compactuada entre as nações sobre o meio ambiente.

Muitas vezes, as teorias socioambientais subestimaram os enfoques da ecologia profunda, mas hoje, mais do que nunca, essas teorias são um alerta para as atuais situações extremadas, expostas pela grande crise da pandemia. Nada mais oportuno do que reler James Lovelock, Ruppert Sheldrake, Gregory Bateson e Fritjof Capra ou então valorizar os trabalhos de Bruno Latour e Eduardo Viveiros de Castro para refletirmos sobre a inseparabilidade entre sociedade-natureza, a capacidade de carga do Planeta Terra e o fio tênue que nos separa de uma hecatombe provocada pelo antropoceno.

Creio que temos que abolir as ingenuidades sobre a trajetória da história das sociedades humanas, que vai do inferior ao superior, do atrasado ao adiantado, da tradição à modernidade e de levar a sério a forma como os sistemas de super exploração da natureza acabarão provocando a ira da *Pachamama*, mãe generosa e provedora para os nativos andinos, agora não mais disposta a perdoar os excessos cometidos contra ela.

É hora, então, de retornarmos aos autores e autoras que em determinados momentos foram considerados catastrofistas ou descontextualizados. Nada melhor que a própria realidade para acionar o alarme; o primeiro grande efeito pandêmico do século XVI, segundo Jared Diamond (2019), foi produzido pelos germes europeus que levaram as populações nativas ocidentais à beira da extinção. Carl Sagan (2008) com as suas reflexões sobre vida e a morte na virada do milênio, diz que no século XXI serão os tônicos e os tóxicos que causarão danos no mundo despreparado. Para se contrapor a essa inércia, segundo ele, seria necessário expandir o campo da saúde pública de forma que se incluía a saúde cultural; premonitoriamente, cita o poeta inglês John Donne

(1611, n.p. *apud* SAGAN, 2008, p. 82), em um poema do séc. XVII, com o verso: “Este novo mundo pode ser mais seguro, se for informado sobre os perigos das doenças do antigo”.

É possível ainda acreditar piamente no desenvolvimento como crescimento econômico?

Como já é por demais conhecido, as teorias do desenvolvimento foram elaboradas por teóricos comprometidos com a centralidade do modelo capitalista hegemônico e, posteriormente, transplantadas, adaptadas ou assimiladas aos contextos histórico-sociais e culturais bem diversos, sobretudo em situações coloniais como da África ou de dependência como da América Latina.

Perguntas a se fazer para a busca por soluções, dentro dos limites históricos do desenvolvimento e de suas contradições ou então desde as margens do sistema, é se ambas as possibilidades (alternativas de desenvolvimento x alternativas ao desenvolvimento) são antagônicas ou complementares; mais ainda, aparecem-se como antagônicas, as possibilidades de coexistência é da ordem estrutural (sistêmica) do modelo neoliberal? Ou se a possibilidade de outra matriz hegemônica (por exemplo, a desenvolvimentista, estatista, social democrática, etc.) poderia promover algum tipo de coexistência?

Pensar em alternativas ao desenvolvimento requer, portanto, não apenas conceber de outra forma mecanismos que permitam a uma organização social ser capaz de se reproduzir materialmente, mas também de engendrar instituições em que a gestão, as normas e os valores que regem as estratégias de sociabilidade se desloquem do atual sistema de racionalidade capitalista para outras racionalidades, com possibilidade de se sobreporem ou então de coexistirem com a racionalidade dominante.

Essa questão não é apenas de ordem epistêmica, mas se refere ao domínio das experiências concretas, isto é, de como são construídas alternativas

políticas e culturais autônomas. A modernidade periférica, com seu processo de modernização econômica e tecnológica e a consequente segmentação de classes sociais, conduz esse processo aos limites da injustiça ambiental, uma vez que combina elementos de herança colonial com uma crescente mercantilização da natureza em diversas modalidades: pela produção e expansão do espaço do capital pelo agronegócio, pelo neoextrativismo e pela apropriação dos territórios pertencentes aos povos indígenas e às populações tradicionais.

A produção de uma nova semântica pelos sujeitos sociais subalternos, historicamente invisibilizados e silenciados, só é possível pelo trabalho de ressemantização de sua condição identitária, cultural e política, em uma perspectiva plural. Esses novos-antigos sujeitos se redefinem ao politizar seus agenciamentos frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento periférico ressignificam as suas estratégias em busca de alternativas ao desenvolvimento no lugar de reafirmar as propostas de alternativas de desenvolvimento.

Portanto, repensar a questão democrática nas atuais condições históricas e as políticas da América Latina exige deslocar-se do modelo teórico vigente, situado no Estado e nos imaginários desenvolvimentistas das elites que giram ao seu entorno e que deixam de lado a rede de relações e conflitos sociais, em grande parte invisibilizada e criminalizada, como no caso de inúmeras populações tradicionais camponesas, indígenas, afrodescendentes, povos ribeirinhos e da floresta; ou seja, abrir espaços de ressignificação e pertinência dos sujeitos subalternos do campo, do mar, de setores urbanos marginalizados pelos processos de gentrificação, de desemprego e de violência gerada pela exclusão social e pela incapacidade de resposta do Estado desenvolvimentista e pelo neoliberalismo.

Para complicar, vivemos momentos preocupantes na América Latina com o fim do ciclo de governos populares ou populistas de centro-esquerda. No entanto, as estratégias neoliberais têm falhado na Argentina e no Chile, modelo cantado em verso e prosa pela direita neoliberal.

Em resumo, o panorama político recente na América do Sul é basicamente o seguinte: presenciamos uma relação tensa e até dramática de transi-

ções de sistemas sociais e políticos aparentemente estabilizados para evidências de rupturas cruciais como no caso do Brasil (2013 - 2016), da eleição de um candidato *outsider* em 2018, que repõe os tempos de um Estado militarizado; e do Equador, Chile e Bolívia em 2019. Essas rupturas são de diferentes matizes e seus resultados não são unidirecionais; nesse sentido, são emblemáticos os casos opostos da Bolívia e do Chile em que o primeiro representa a ruptura de um modelo de coexistência etno-político, com desenlace autoritário, mas restabelecido em 2020 com o retorno da coalizão política do MAS; e o segundo, de um modelo neoliberal aparentemente estável para uma transição incerta ainda do ponto de vista de uma outra institucionalidade.

Mudanças climáticas: teoria conspiratória dos globalistas?

Com a grande onda neoliberal dos últimos anos, o que se observa por parte de governos populistas de direita é o negacionismo em relação às mudanças climáticas – o aquecimento global ao lado da referência ao gênero tornaram-se palavras ideológicas – e até recentemente, com o governo Trump, uma aposta de enfraquecer os mecanismos das agências multilaterais de negociação sobre políticas de mitigação ambientais e de criação de novos tipos de cooperação em pesquisa para gerar a produção de energias alternativas, por exemplo, frente à matriz fortemente apoiada na exploração de combustíveis fósseis.

Provavelmente, com a crise causada pelo Covid-19, se a humanidade aprender alguma coisa com ela e se a aventura neoliberal for derrotada, poderão abrir-se novos cenários para a prevenção de um futuro mais seguro e o combate às mudanças climáticas entrarão na linha de mira das prioridades, bem como as políticas de segurança frente às pandemias.

Para tanto, é necessário que ocorra a convergência de fatores em uma mesma direção. Ou seja, não bastam apenas que as ideias sejam justas, é preci-

so que elas encontrem as condições objetivas e subjetivas a fim de entrarem na pauta de prioridades dos governos nacionais e das instituições internacionais.

Tomemos dois exemplos bem emblemáticos: o primeiro é o da renda mínima universal; a garantia de que todos tenham a renda mínima como um direito. Há quantos anos que essa proposta anda circulando mundo afora? Na Europa, teóricos como o belga Philippe Van Parijs, o alemão Robert Kurz e muitos outros, juntamente com o ex-senador Eduardo Suplicy, no Brasil, foram os que mais insistiram nessa proposta. É bem verdade que o programa Bolsa Família foi uma primeira grande iniciativa nessa direção, embora insuficiente. Precisou que o Covid-19 entrasse em cena para que a sociedade tomasse consciência e assimilasse a importância desta proposta.

Da mesma maneira, como segundo exemplo, é o da taxaço de grandes fortunas que sempre foi uma agenda de partidos de esquerda. Com a pandemia, é algo que começa a se tornar aceitável entre visões políticas diferentes. Setores do capital financeiro deram-se conta disso e rapidamente se anteciparam com uma vaquinha bilionária de alguns bancos para combater o coronavírus. Quer dizer, são necessários movimentos sinérgicos para que isso aconteça. Contudo, isso não quer dizer que se torne automaticamente uma política de Estado, pois se depende da correlação de forças entre os atores e os seus respectivos projetos de governo, nem que de uma hora para outra os empresários tenham feito votos franciscanos de pobreza.

Podemos seguir com a mesma linha de raciocínio para ver como podem vir a ocorrer medidas proativas na defesa do meio ambiente por parte dos agentes públicos e privados. Entretanto, com uma grande diferença: no caso das mudanças climáticas, é certo que se podem associar enchentes, secas, furacões e aumento do nível do mar com as mudanças climáticas e que os prejuízos dos empresários agrícolas são reconhecidos pelos próprios como fenômenos com origem por essas grandes mudanças climáticas. Embora no imaginário social o meio ambiente seja visto como signo negativo da modernidade; segundo palavras do sociólogo inglês Anthony Giddens, existe a dificuldade de juntar catástrofes naturais com A responsabilidade direta desses fenômenos pela ação humana.

Os problemas dessa ordem devem ser entendidos e encaminhados em função de diferentes escalas, com algumas ressalvas. É bem verdade que se não houver equacionamento dessas questões do ponto de vista conceitual e político, as respostas aos problemas socioambientais, dadas pelos diversos agentes, sempre serão parciais e limitadas.

Aproveito para relatar uma pequena referência a alguns municípios próximos de Rosário, na província de Santa Fé, Argentina, cujas prefeituras já internalizaram medidas protetivas e mitigadoras frente aos efeitos severos das mudanças climáticas, aparentemente opostos, como as enchentes e as secas que assolam aquela província que é atravessada pelo rio Paraná. Tem sido notável o envolvimento por parte do setor público e das organizações da sociedade civil que desenvolveram outro olhar e outras práticas, com projetos concretos em torno daquilo que aparentemente é uma coisa abstrata, como poderia sugerir o significado de “aquecimento global” e de “mudanças climáticas”, mesmo porque os golpes sofridos sempre atingirão regiões e localidades.

Creio que o Nordeste do Brasil poderá nos ensinar muito no sentido de fazer frente às catástrofes climáticas. E aqui seria importante reunir as grandes ocorrências em uma escala mundial e ver em que medida governos e sociedades constroem as suas estratégias de mitigação e em que medida ocorrem as resiliências do ponto de vista regional e local, a partir de projetos de recuperação aplicados nos diferentes tipos de impactos climáticos. Uma nova subdisciplina da Sociologia Ambiental, que é a Sociologia das Catástrofes, juntamente com a Geografia, a Economia ecológica e a Agroecologia, para as zonas rurais, o Planejamento Urbano, as Políticas Públicas e a Climatologia poderiam auxiliar muito nesses diagnósticos regionais e, juntamente com as populações atingidas, traçar estratégias de empoderamento delas, em face dessas ocorrências.

As universidades, especialmente as públicas, são e serão cada vez mais convocadas para desenvolver, ao lado dos atores locais comunitários e dos agentes públicos, projetos de desenvolvimento local, de maneira transdisciplinar, para reafirmar que a ciência é um bem comum e, portanto, público e que o conhecimento aplicado deve ser socialmente pertinente.

O Brasil na contramão da questão ambiental: lições dos Kayapó

Em 1984, a revista *Ciência Hoje*, da SBPC, publica um pequeno artigo sobre Os Kayapó e a Natureza, de Darrell A. Posey, antropólogo já falecido e, na época, professor visitante da UFMA. O artigo inicia com a seguinte constatação:

Na região da Amazônia legal, assiste-se hoje ao mais rápido processo de ocupação e exploração da terra de todo o país. Onde antes havia apenas a selva, encontram-se agora enormes fazendas de criação de gado, iguais em tamanho a alguns países da Europa. A Amazônia é a última fronteira, a última região terrestre inexplorada do planeta. No entanto, nossa civilização ainda não dispõe das técnicas agrícolas adequadas para promover a exploração racional de seus recursos. A tecnologia desenvolvida pelo mundo ocidental conseguiu muito pouco até agora. (POSEY, 1984, p. 35).

Esse pequeno artigo é de uma riqueza ímpar pelo que nos traz como material de reflexão e de significado alegórico para o debate socioambiental a partir do exemplo amazônico, tema de maior relevância desde sempre, sobretudo pela atualidade dos embates nacionais e internacionais sobre o seu papel de referência para a questão geopolítica da sustentabilidade socioambiental. Alegoricamente, a Amazônia representa o presente e o futuro para a questão da sobrevivência dos biomas, dos ecossistemas, enfim, da biodiversidade e da sociodiversidade, além da questão estratégica das mudanças climáticas.

Passados quase 40 anos desse registro, muitas indagações nos retornam à mente sobre a escalada da ocupação e da destruição desse importante bioma no subcontinente americano, uma das quais reporta-se ao tempo longo de duração desse processo de ocupação destrutivo e ao retorno ao reprimido do regime militar, de ocupação entrópica em nome do progresso e dos devaneios nacionalistas castrenses.

A matéria em questão concentra o debate em torno dos rumos possíveis que representam as opções ligadas às políticas de desenvolvimento sustentável, do papel dos múltiplos agentes envolvidos (populações nativas, Estado, agentes econômicos) bem como do resgate do sentido econômico, cultural, científico e tecnológico para a proposição de uma agenda para a região. Muitos agentes envolvidos nesse embate têm revisto as suas posições em termos de desenvolvimento a qualquer custo e já se fala hoje em desenvolvimento com a floresta de pé, contrariamente ao movimento oficial predatório e irresponsável de “passando a boiada”, que incentiva, de maneira ilegal, as atividades de mineração, de desmate, de queima de florestas e de invasão de terras indígenas.

Eis algumas das principais teses do citado artigo de Posey (1984), que servem não apenas como vaticínio alegórico para pensarmos os desdobramentos dessa sina destruidora até os dias de hoje, mas também sobre quais são as possibilidades de atenuação e de reversão desse processo.

- Tese 1: “A grande tragédia da Amazônia é, sem dúvida, a destruição dos índios e de suas culturas” (POSEY, 1984, p. 36). Relatório do Observatório do Clima (2021, p. 36) corrobora essa premonição:

O atual governo deu um passo importante no início de 2020 para avançar no projeto de destruição da Amazônia e exploração de terras indígenas. Em fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro assinou um projeto de lei (PL 191/2020) para liberar a mineração e a geração de energia elétrica em terras indígenas (TIs). (...) O levantamento indica que o projeto de lei ameaça cerca de 860 mil km² de floresta amazônica, cuja devastação impactaria cadeias produtivas e regime de chuvas, com efeitos negativos para outras regiões e para o agronegócio.

- Tese 2:

Os índios vivem há muitos séculos na Amazônia sem causar dano ao meio ambiente. Seu conhecimento sobre a flora, a fauna e a própria ecologia é extremamente variado. (...) Os cientistas deveriam trabalhar o mais rapidamente possível, por exemplo,

O COMUM E OS COMUNS: TEORIA E PRÁTICA PARA UM BEM VIVER PLANETÁRIO

em pesquisas sobre a classificação dos ecossistemas amazônicos desenvolvida por essas tribos. (POSEY, 1984, p. 36).

- Tese 3:

Cada tribo de índios apresenta um sistema de pensamento que é, muitas vezes, um conjunto de crenças que funciona para preservar, entre outras coisas, os recursos naturais. (...) Os Kayapó, por exemplo, acreditam que existe um equilíbrio entre os espíritos dos animais, dos homens e das plantas. Se os homens abusarem dos recursos da floresta, a harmonia será destruída e chegarão doenças para toda a tribo. Para eles, nenhum aspecto da vida tribal é mais importante que o equilíbrio ecológico. (POSEY, 1984, p. 37).

- Tese 4:

Um dos preconceitos que impedem a compreensão devida da Amazônia é a generalização que faz concebê-la como uma região homogênea. (...) Na verdade, a Amazônia compõe-se de uma grande variedade de zonas ecológicas. Os biólogos e ecologistas só agora reconhecem a complexidade do assunto, mas os indígenas já lidavam com ela, pois a consciência dessa variedade é um conhecimento incorporado à herança cultural que recebem de seus antepassados. (POSEY, 1984, p. 37).

- Tese 5:

Em ecologia, existe um novo campo de pesquisa que estuda as comunidades de plantas e animais, chamadas de “sistemas coevoluídos”, que equivalem às zonas ecológicas do sistema de classificação indígena. As associações entre as espécies de uma certa área (espécies bióticas) são complicadas, e revelam as inter-relações que se desenvolveram naquela zona ecológica. Os índios conhecem em detalhe um número muito grande dessas associações. Os Kayapó preservaram parte de sua bagagem de conhecimentos ecológicos por meio de mitos e rituais. Alguns desses mitos tratam da relação entre homens, plantas e animais,

e esses conhecimentos se manifestam também em cerimoniais, com seus símbolos, danças e canções. (POSEY, 1984, p.38).

- Tese 6:

Dentro de cada zona ecológica, os índios fazem um inventário dos recursos aproveitáveis. Existe um número enorme de plantas e animais desconhecidos de nossa civilização: nem biólogos, nem antropólogos fizeram pesquisas tão completas quanto as dos indígenas sobre os recursos dessa região. (POSEY, 1984, p. 38).

- Tese 7:

O conhecimento indígena sobre a ecologia amazônica é crucial para o aproveitamento racional e não predatório, dos recursos naturais da região. O Brasil não pode perder esses conhecimentos sobre suas riquezas, assim como não pode assistir indiferente à destruição dos povos que os produziram. (POSEY, 1984, p. 41).

Com essa referência às ameaças e agressões em estado avançado contra os povos indígenas e ao bioma amazônico, cremos estar aglutinando em torno do eixo central do nosso texto algumas das questões mais significativas para problematizar os desafios que rondam em torno e contra a natureza.

É bem possível aproximar alegoricamente o alerta feito pelos gregos antigos e pelos indígenas contemporâneos sobre a questão da transgressão aos limites da natureza pelos humanos, muito mais visíveis no antropoceno do que em outras eras, cujas violações representam sérios desafios para a manutenção e a reprodução das condições de vida no Planeta. Exemplo disso é a atual pandemia e os reflexos das mudanças climáticas sobre o ambiente, tornando inviáveis as situações de vida para imensas parcelas da população.

As consequências dessas ocorrências derivam do próprio modelo hegemônico de desenvolvimento, cujas instituições e concepções são contes-

tadas. Desse questionamento emergem novidades, muitas delas involuntárias e inesperadas, mas outras capazes de resiliência.

Vivemos restrições dramáticas, oriundas de contextos pouco favoráveis para a manutenção de um padrão de diálogo democrático entre as diversas forças políticas e ideológicas que disputam a condução dos destinos das nações. Mas existe a possibilidade de que a inteligência prevaleça sobre a ignorância deletéria que contaminou os espíritos e as mentes dos defensores da morte.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

FILOSOFOS PRE-SOCRATICOS. **Les penseurs grecs avant Socrate**: de Thales de Milet à Prodicos. Paris: Garnier-Flammarion, 1964.

FLORIANI, D. O meio ambiente como signo negativo da modernidade ou uma alegoria de ultraje à natureza? **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/ambiente-e-sociedade/o-meio-ambiente-como-signo-negativo-da-modernidade-ou-uma-alegoria>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FLORIANI, D. Natureza da Ética e Ética da Natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo. *In*: PHILIPPI JR, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. (Org.). **Ética Socioambiental**. 1 ed. Barueri: Manole, 2019.

FLORIANI, D. A questão ambiental na contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate - Entrevista especial com Dimas Floriani. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, Maranhão, v. 24, p. 286-301, jun. 2020. Disponível em: ht-

[tps://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14379](https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14379).
Acesso em: 15 jun. 2021.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

LOYOLA BRANDÃO, I. **Não verás país nenhum**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1981.

MORIN, E. Espère que les forces “créatives” et “lucides” vont s’imposer face à la crise du Covid-19 même si elles sont “encore très faibles”. **Franceinfo**. Paris, 01 jan. 2021. Disponível em: https://www.francetvinfo.fr/culture/livres/edgar-morin/2021-edgar-morin-espere-que-les-forces-creatives-et-lucides-vont-s-imposer-face-a-la-crise-du-covid-19-meme-si-elles-sont-encore-tres-faibles_4240965.html. Acesso em : 29 jan. 2021.

PLATÃO. **Le Banquet suivi de Phèdre**. Edição francesa. Paris: Editora Flammarion, 1993.

POSEY, D. Os Kayapó e a Natureza. **Revista Ciência Hoje da SBPC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p.35 – 41, jan. 1984. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ROA BASTOS, A. **Yo el Supremo**. Asunción: Editorial El Lector, 2003.

SAGAN, C. **Bilhões e bilhões**: Reflexões sobre a vida e morte na virada do milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, E. **Não verás país nenhum**, uma distopia brasileira bastante real. *Homoliteratus*. 30 jul. 2018. Disponível em: <https://homoliteratus.com/nao-veras-pais-nenhum/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, J. **As Intermittências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WRI BRASIL. **Relatório Observatório do Clima**. Porto Alegre, 09 ago. 2021. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/mudancas-climaticas-alarmanes-veja-5-grandes-resultados-do-relatorio-do-ipcc>. Acesso em: 15 jul. 2022.